



Onda de furtos em Cachoeira preocupa comércio e moradores

Mais de 15 lojas são alvos de criminosos; empresários fazem abaixo-assinado pedindo mais segurança

Thales Siqueira
Cachoeira Paulista

Um aumento no número de furtos tem deixado os comerciantes e moradores de Cachoeira Paulista em alerta. Nos últimos dias, mais de 15 lojas foram alvo de criminosos. A Acecap (Associação Comercial de Cachoeira Paulista) e o Comtur (Conselho Municipal de Turismo) estão organizando um abaixo-assinado solicitando às autoridades que reforcem a segurança na cidade.

A tentativa mais recente de furto aconteceu na madrugada desta sexta-feira (21), por volta das 3h. Enquanto realizavam uma operação com a finalidade de coibir furtos e prender possíveis infratores, os policiais militares do 23º Batalhão de Polícia Militar do Interior prenderam em flagrante um homem que tentava furto uma loja na área central. Ele foi conduzido à delegacia de Lorena.

De acordo com levantamento realizado pela SSP (secretaria de Segurança Pública de São Paulo), os furtos na cidade aumentaram quase 36% entre janeiro e abril de 2024, em comparação com o ano passado. Nos primeiros quatro meses deste ano foram contabilizados 87 furtos, enquanto

no ano passado o registro foi de 64 casos.

Dono de uma loja especializada em cortes de carne para churrasco na região central da cidade, Gustavo Lescura, de 39 anos, teve seu comércio invadido no último sábado (15). Os criminosos levaram moedas e produtos que estavam à venda, como cerveja. A invasão aconteceu por volta das 6h, mas o empresário só percebeu quando chegou para abrir a loja. "O susto foi grande, uma sensação de impotência e insegurança que não desejamos a ninguém", desabafou Lescura nas redes sociais.

O estabelecimento do empresário Felipe Leite, de 30 anos, também foi alvo dos bandidos. A loja de artigos de presentes, também localizada na região central, foi furtada na madrugada do último dia 4, por volta das 5h. Foram levadas três sacolas que continham pelúcias pequenas, garrafas térmicas, produtos de beleza e chocolates em geral. Em quatro anos de loja física é a primeira vez que o estabelecimento é furtado. "O sentimento que fica é a insegurança e a falta de esperança para soluções realmente conclusivas. Estouraram duas portas de aço e a de vidro", contou o empresário, que revelou que quando chegou na loja, a Polícia Militar



Câmera de segurança flagra invasão a estabelecimento comercial no Centro de Cachoeira Paulista; série de ocorrências gera apreensão

de Lorena já estava no local ao invés da de Cachoeira, que não conseguiu comparecer por falta de viatura. "A PM esteve no local até mesmo antes de chegarmos, porém eram viaturas vindas de Lorena. Nos orientaram a fazer o boletim de ocorrência".

A empresária Maria Luiza, de 26 anos, é uma dentre tantos comerciantes que estão preocupados com a onda de furtos. Ela, que é proprietária de uma loja de itens de decoração para casa, contou que

está com medo da sua loja ser um dos próximos alvos dos criminosos. "Sentimos completamente vulneráveis, com a sensação constante de medo e insegurança e muito alerta quanto a qualquer detalhe que possa parecer suspeito", contou Maria, que disse ainda que as autoridades não devem "esperar acontecer de novo" para tomar uma atitude. "As autoridades locais precisam se posicionar e tomar uma medida efetiva quanto à segurança pública, de forma preventiva,

como rondas, ou talvez, incluir câmeras de segurança na região central".

O intuito do abaixo-assinado organizado é buscar soluções concretas para garantir a segurança e tranquilidade dos comerciantes e moradores do município. "O abaixo-assinado encabeçado pela Acecap e pela Comtur tem como objetivo mostrar aos interessados e aos órgãos competentes que estamos indignados com os fatos", frisou o presidente da Acecap, Marco Antônio de Paula Lico.

A reportagem do **Jornal Atos** entrou em contato com o secretário de Segurança, Trânsito e Transportes, Anderson Monteiro Barbosa, para averiguar quais medidas estão sendo tomadas para melhorar essa situação, mas não obteve um retorno até o fechamento desta matéria. A reportagem procurou também a Polícia Militar para verificar se os casos têm alguma ligação e o andamento da investigação, mas também não obteve um retorno.

Educação de Aparecida rescinde contrato com empresa que forneceria uniformes escolares

Entrega dos 4.655 kits era esperada para março, mas foi suspenso após atrasos; multa de R\$ 150 mil

Andréa Moroni
Aparecida

A Prefeitura de Aparecida decidiu rescindir contrato com a empresa que estava responsável pelo fornecimento dos uniformes para a rede pública. A rescisão foi motivada por atrasos na entrega dos 4.655 kits, que deveriam conter duas camisas, duas bermudas, uma calça e uma jaqueta.

Segundo a secretaria de Educação, a licitação para a compra de uniformes escolares foi aberta em 4 de setembro de 2023 e o contrato foi firmado com a empresa Alternativa Comercial Têxtil Ltda, de Feira de Santana-BA, no dia 24 de novembro. A entrega do material estava agendada para o início de março deste ano, mas a empresa descumpriu o prazo e pediu prorrogações.

O departamento de Licitação fez contatos via e-mail e duas advertências foram



Crianças da rede municipal de ensino de Aparecida; Prefeitura multa e troca fornecedora após atrasos

Foto: Divulgação PMA

explicou a secretária de Educação, Luciana Ribeiro.

Caso sejam aprovadas as amostras, a secretária gera a AF (autorização de fornecimento) e a nova empresa terá vinte dias para fazer a entrega dos uniformes.

Segundo o departamento de Licitação, a diferença do preço entre a primeira colocada e a segunda é baixa. O preço pedido pela primeira empresa era de R\$ 622.061 e da segunda de R\$ 622.199.

O último prazo que a empresa entregar os uniformes era 14 de junho, que também não foi cumprido. A Prefeitura decidiu rescindir o contrato e aplicar multa de R\$ 150 mil. O material entregue será devolvido.

O Município entrou em contato com a segunda colocada na licitação, a empresa Leandro José Progetti ME, de Ribeirão Preto. "Nós enviamos por e-mail a convocação dessa segunda empresa para que ela nos responda se há interesse em fornecer os uniformes, e ela tem prazo de vinte dias para enviar as amostras",

explicou a secretária de Educação, Luciana Ribeiro.

Caso sejam aprovadas as amostras, a secretária gera a AF (autorização de fornecimento) e a nova empresa terá vinte dias para fazer a entrega dos uniformes.

Segundo o departamento de Licitação, a diferença do preço entre a primeira colocada e a segunda é baixa. O preço pedido pela primeira empresa era de R\$ 622.061 e da segunda de R\$ 622.199.



Tomografia Computadorizada

160 canais - a única da região

Maior confiabilidade em todos os exames, especialmente, os **cardiológicos**:

Angiotomografia de Coronárias e outros.

12 98891-5484 AGENDE SEU EXAME

Tecnologia de última geração

é na Santa Casa de Lorena, seu **hospital do coração**.



Responsável Técnico: Dr. José Reinaldo Araujo Vilela - CRM: 110427 - SP

Mais de duzentos presos da região não retornam depois de saidinha de junho

Operações tentam capturar foragidos; descumprimento da medida atinge índice de 6% na região

Lucas Oliveira
RMVale

Um levantamento divulgado pela secretaria de Administração Penitenciária, na quarta-feira (19), revelou que mais de duzentos detentos de presídios da região não retornaram da segunda saída temporária deste ano. Buscando capturar os foragidos, as polícias Civil e Militar mantêm diligências em diversas cidades paulistas.

De acordo com o balanço da SAP, dos 3.479 presos da região beneficiados com a saidinha, válida entre os últimos dias 11 e 17, 212 deles não voltaram à prisão, correspondendo a um índice de 6,09% de descumprimento da medida.

O complexo prisional de Tremembé, que teve 3.015 detentos beneficiados, possui o maior número de criminosos que desrespeitaram o indulto, no caso 180. Em Potim, que possui duas penitenciárias,

246 presos foram autorizados pela Justiça a deixar temporariamente a prisão, no entanto 31 deles não retornaram. Do CDP (Centro de Detenção Provisória) de Caraguatatuba, 83 presos tiveram direito à saidinha, sendo que apenas um deles não se reapresentou à direção da unidade.

O índice de descumprimento do segundo indulto deste ano foi ligeiramente inferior ao do primeiro, que atingiu 6,82%. Válida de 12 a 18 de março, a primeira saidinha beneficiou 3.285 presidiários, sendo que 224 deles não retornaram na data limite exigida pela Justiça.

Polêmica – O Congresso Nacional derrubou no último dia 28 os vetos do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), à proposta legislativa que proíbe saidinhas em datas comemorativas do calendário nacional, como o Dia das Mães e o Natal. Buscando garantir que os presos pudes-



P2 de Potim, uma das unidades prisionais que enfrentaram problemas com a saidinha; 212 não retornaram

sem continuar a visitar seus familiares, o chefe do Executivo havia vetado parcialmente, em 12 de abril, o projeto aprovado pela Câmara em 20 de março, elaborado pelo deputado federal Pedro Paulo Teixeira (PSD), que estabelece que os detentos do regime semiaberto saiam temporariamente apenas para cursarem o ensino médio, cursos profissionalizantes ou o ensino superior.

Apesar do Congresso derrubar os vetos de Lula, o TJ-SP (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo) manteve a saidinha do último dia 11 em território paulista. Segundo o órgão, a decisão foi motivada pelo fato de que não houve alteração na portaria estadual que regulamenta as saídas temporárias. O TJ-SP não revelou se liberará a realização das duas próximas saidinhas, marcadas para ocorrerem de 17 a 23 de setembro e de 23 de dezembro a 3 de janeiro de 2025.

Prefeitura avança em processo de regularização de moradias em novos bairros de Pindamonhangaba

Município providencia documento para emissão de escrituras no "Meu Bairro é Legal"; ação beneficia cerca de 150 famílias

Foto: Divulgação PMP

SESSÕES DA CÂMARA

Se está na sua vida, está na Câmara de Cruzeiro.

Nossos Vereadores debatem diariamente sobre temas importantes em Sessões Ordinárias, que se dividem em:

EXPEDIENTE

Sessão aberta com leitura da correspondência recebida, expedida, processos, projetos apresentados pelos Vereadores, Prefeito e terceiros. Os Vereadores tomam conhecimento e oficializam toda matéria expedida e recebida.

ORDEM DO DIA

Os Vereadores debatem, esclarecem e votam as proposições legislativas em pauta. As atividades são registradas em ata (resumo do expediente e das manifestações em Plenário).

Acesse o site da Câmara e acompanhe as sessões: www.cmcruzeiro.sp.gov.br

Tire dúvidas com nossa nova assistente virtual do WhatsApp: (12) 98133-8068

CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO

f /camoramunicipaldecruzeiro | i /cmcruzeiro



Distribuição de documentos para auxiliar famílias na regularização em evento do Meu Bairro é Legal

Lucas Oliveira
Pindamonhangaba

Buscando retirar da clandestinidade cerca de 150 moradias em Pindamonhangaba, a Prefeitura iniciou na quarta-feira (19) a distribuição de documentos a moradores que auxiliarão no processo de regularização. A iniciativa municipal tem como objetivo oferecer mais segurança jurídica a famílias de quatro bairros.

Segundo a secretaria de Habitação, os 43 primeiros contratos de doação foram entregues no fim da tarde da quarta-feira a moradores dos bairros Laerte Assumpção e Marieta Azeredo, que ficam no distrito de Moreira César, durante cerimônia no Centro Comunitário Marieta Azeredo. Além do prefeito Isael Domin-

gues (PL), o evento contou com as presenças do vice-prefeito Ricardo Piorino, do presidente da Câmara, Norberto Moraes, o Norbertinho (PP), e do secretário de Habitação, Francisco Gonçalves.

Com sua liberação viabilizada pelo programa municipal de regularização fundiária 'Meu Bairro é Legal', o documento é exigido pelo Cartório de Imóveis de Pindamonhangaba para o avanço do processo de emissão das escrituras dos imóveis.

Ainda sem previsão para ocorrer, a entrega das escrituras garantirá diversas vantagens aos proprietários, como direito de alugar ou vender o imóvel, acesso ao mercado formal de crédito, permissão de transferência para herdeiros e a valorização de valor de mercado da propriedade. "O contrato de regularização

para escrituras é a garantia e a proteção do imóvel. Traz legitimidade de titularidade, garante a herança, segurança jurídica e assegura que o bem que os moradores suaram para construir tenha um real valor de mercado, porque quando tem o título registrado em cartório, o dono tem a garantia total de que o imóvel é realmente dele e que ficará como herança para sua esposa ou marido, filhos e netos", destacou a diretora de Habitação, Monique Dias.

Os últimos contratos de doações expedidos nesta fase do "Meu Bairro é Legal" serão entregues a pouco mais de cem famílias dos bairros Castolira e Maricá às 10h do próximo sábado (22), na Quadra Poliesportiva do Castolira. A expectativa é de que o evento conte com a participação de diversas autoridades municipais.

